

ESCAVAÇÕES, RECORDAÇÕES E EXPEDIÇÕES GEOGRÁFICAS

Rafael Augusto Andrade Gomes

Universidade Federal do Rio de Janeiro

RESUMO

A partir de uma reflexão sobre o ato de recordar o passado disciplinar como atitude geográfica e da reunião de registros da expedição dos técnicos do Conselho Nacional de Geografia (CNG) à região do Jalapão — zona limítrofe dos atuais Piauí, Bahia, Tocantins e Maranhão — em 1943, propõe-se, com a análise aqui apresentada, ampliar o entendimento da referida expedição com a incorporação de dois dos elementos que a constituíram: a experiência acumulada pelos expedicionários em campanhas anteriores e as diretrizes de observação geográfica discutidas por eles em reuniões antecedentes à saída para o campo. Ao longo deste texto, serão colocados lado a lado manchetes de jornal, informes e relatos de reuniões e relatórios de expedições, a fim de compreender como se constituiu o programa da expedição.

Palavras-chave: Recordação, expedição, Jalapão, IBGE, geografia.

ABSTRACT

Starting from a reflection on the act of recalling the disciplinary past as a geographical attitude and from gathering records of the expedition of the Conselho Nacional de Geografia (CNG) technicians to the Jalapão region—bordering the current states of Piauí, Bahia, Tocantins, and Maranhão—in 1943, the analysis presented here proposes to broaden the understanding of this expedition by incorporating two of the elements that constituted it: the accumulated experience of the expedition members from previous campaigns and the geographical observation guidelines discussed by them in meetings prior to their departure for the field. Throughout this text, newspaper headlines, reports, and meeting minutes will be juxtaposed with expedition reports to understand how the expedition's program was constituted.

Key words: Remembrance, expedition, Jalapão, geography.

Abertura

Em outubro deste ano, eu farei, em colaboração com professores e estudantes de pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade Federal de Viçosa (UFV), uma expedição à região do Jalapão. Desde a inspiração para essa iniciativa até o planejamento das rotas e pontos de visitação do trabalho de campo, foram-nos valiosos os registros de seu relatório da expedi o ao Jalapão, realizada, em 1943, sob os auspícios do Conselho Nacional de Geografia (CNG).¹

Essas foram algumas das palavras que escrevi num e-mail ao Prof. Pedro Geiger dias antes de viajar para Palmas, Tocantins. Acabo de verificar, na caixa de mensagens, a data e o horário do envio: 1.º de outubro de 2023, 20h10. Lembro-me de estar ansioso. Afinal, acabara de preparar *uma mensagem para a bibliografia, falar com a bibliografia* — como dizia uma amiga

¹ Acompanharam-me ao Jalapão os seguintes expedicionários: Ana Brasil Machado,  ve-Anne Buhler, Gisela Aquino Pires do Rio, Janete Regina de Oliveira, Leticia Parente Ribeiro, Marcos Paulo Ferreira de G is, Maria Isabel de Jesus Chrysostomo, Telma Mendes da Silva e Vinicius Burle Ferreira Araújo Cruz.

ao se referir à troca de mensagens com professores conhecidos, citados. Os figurões, como também falamos, às vezes de modo pejorativo. Não esperava ser respondido por ele, ainda mais tão rapidamente. No dia seguinte, menos de 24 horas depois que iniciei o contato, obtive o retorno: Geiger saudou-nos pela iniciativa e desejou-nos sucesso nos trabalhos. Era o combustível que me faltava para, dali a mais ou menos quatro dias, partir com a equipe para a capital tocantinense — e, de lá, iniciar o novo périplo pelo Jalapão, que julgava conhecer em detalhes depois das repetidas leituras do relatório do Geiger (2014). Em meu e-mail a ele, depois de anunciar a empreitada, tratei de reconhecer a importância dos registros de sua passagem pela região e ressaltar o vínculo entre a expedição de 1943 e a nossa, realizada entre os dias 6 e 9 de outubro de 2023:

Hoje, oito décadas depois, enquanto revisava o material com os preparativos da viagem, dei-me conta de que os desenhos, fotografias, descrições e croquis de seu relatório ecoavam em cada detalhe do roteiro elaborado para orientar nossa visita à região. Pedra da Baliza. Formosa do Rio Preto. São Marcelo. Dianópolis. Os vales dos rios Galhão e Sapão. Esses e outros lugares serão percorridos. Estamos no rastro da expedição de 1943!

Seguir o rastro da expedição de 1943! E seguimos — o que foi possível, é claro, com poucos dias, recursos escassos e outras limitações, de pessoal e de material. Durante o percurso, um tipo de questão não parava de vir à tona: *como teria sido?* Como teria sido passar por aqui sem um GPS, um mapa preciso, imagens de satélite? As dúvidas continuam, embora, à medida que se lê o relatório do Geiger ou do chefe da expedição, algumas delas sejam dirimidas pelo relato quente de quem desenhou o mapa da região com a sola dos pés. Meses depois, quando recebi o convite para escrever este texto, perguntei-me, de modo geral, como teria sido a etapa anterior à saída dos expedicionários para o campo. Se, com os registros da expedição, nós praticamente conseguimos ver o que eles viam, sentir na pele o que eles sentiam, como podemos ver, sentir e conhecer aquilo que antecede a jornada descrita sobre o interior do Brasil? Mas responder tal pergunta requer o esclarecimento de uma outra, mais geral e fugidia que a primeira: o que quer dizer *lembrar, recordar*, para um geógrafo? Pretendo, nas páginas seguintes, arranhar ambas as questões, com a certeza de que qualquer resposta esboçada aqui será parcial e insuficiente.

Preparação

Pás, pincéis, escovas, enxadas, picaretas, espátulas e toda a sorte de parafernália arqueológica. Esses instrumentos têm servido à sondagem e prospecção do solo desde que se descobriu, e eu não saberia dizê-lo quando, estar a história — ou uma parte dela, pelo menos — repousando em camadas subterrâneas da litosfera terrestre. Augusto dos Anjos (1884–1914), autor do livro *Eu* (1912), decantou, em um de seus poemas mortuários, os *tempos idos*: “Não enterres, coveiro, o meu passado” (Nóbrega, 1962, p. 164). Mas não é preciso conhecer o poeta paraibano para já ter lido, falado ou escutado, como se fosse óbvio, que o destino do passado está sob os nossos pés. Desde cedo ouvimos que não se deve desenterrar o passado. “Enterre-o! Já!”, advertem-nos. Mas, em certas ocasiões — e para certos profissionais, a exemplo dos historiadores, que dependem de fazê-lo para a sua sobrevivência —, é impossível atender a tal pedido. E assim o sondamos, desenterramos, escarafunchamos, em busca de não se sabe o quê. O tempo perdido... talvez.

“Escavar e recordar”, escreveu, um punhado de vezes, Walter Benjamin (1892–1940): “Quem procura aproximar-se do seu próprio passado soterrado tem de se comportar como um

homem que escava” (Benjamin, 2017, p. 101). Eu, em contraste à assertiva do literato alemão — e, aqui, sem preocupação, confio minha interpretação à tradução de João Barrento —, que preferiu empregar uma conjunção aditiva, diria também que *escavar é recordar*. Uma ação se mistura à outra. E é só então que, revolvida a memória, uma das matérias-primas do historiador, se pode narrar fatos há tempos soterrados. Contar, narrar e historiar, quaisquer sejam as nuances que as distinguem, é agir na contramão das apregoadas advertências para deixar o passado longe de nossas vistas, enterrado, nas profundezas. “E não há dúvida de que aquele que escava deve fazê-lo guiando-se por mapas do lugar” (Benjamin, 2017, p. 101). Quem inicia uma escavação — e, com isso, desafia a máxima popular de que, salvo exceções, *passado bom é passado enterrado* — precisa de um plano, de instrumentos para fazê-lo.

Fico imaginando o que passaria na cabeça de um escavador, ali parado, com um monte de ferramentas debaixo do braço, sem saber por *onde* iniciar seu trabalho e desprovido de mapas para lhe orientar. Prefiro nem imaginar, na verdade. A simples imagem de alguém perdido já assusta, desespera, dá calafrios. Muitos poderiam pensar que o nosso escavador hipotético é um historiador — da Terra, do passado humano, das espécies vegetais ou animais, por exemplo —, pois a matéria do ofício daquele, a memória, às vezes se confunde com a deste. Mas não tenho certeza se é bem assim. Quando escreveu sobre a necessidade de um mapa, Benjamin (2017, p. 101), de modo imprevisto, aproximou o esforço do escavador ao do geógrafo: “[o produto] da verdadeira recordação [*Erinnerung*] deve ser menos o de um relatório, e mais o da indicação exata do lugar onde o investigador se apoderou dessas recordações”. Não à toa normalmente se usa a expressão *sítio arqueológico* para designar a área de uma escavação. E não se assuste, historiador, não quero dizer de modo algum que seu *métier* seja dispensável, pelo contrário.

Escavar — palavra de origem latina composta pelo prefixo *ex-*, que significa “para fora”, “saída” e “separação”, e *cavare*, termo com o mesmo radical dos vocábulos “cavar” e “cavidade” da língua portuguesa. De repente, depois de cravar a pá no estrato superficial do solo, espalhá-lo, revolvê-lo, lá aparecem os restos, os vestígios, as memórias. São imagens exumadas “que, arrancadas de todos os seus contextos anteriores, estão agora expostas, nos aposentos sóbrios da nossa visão posterior — como torsos na galeria do colecionador” (Benjamin, 2017, p. 101). Ao longo da escavação, os *achados* — as imagens exumadas a que já me referi — normalmente são levados a um museu, onde, juntos, voltam à vida. Mas o que significa isso? Eis a resposta, sem hesitação: *recordar* — um verbo, também de raízes latinas, composto por *re-*, o indicativo de repetição, e o radical *cor-*, derivado de *cordis*, ou seja, *coração* (daí também se originaram os termos *acordar* e *concordar*). Recordar, conforme o significado literal atribuído à palavra, é “fazer passar novamente pelo coração”, pelo *core*, o núcleo, lócus da vida e da memória.

“Escavar é recordar”, eu disse antes. Mas não vamos simplificar tanto as coisas. Ainda que a etapa da escavação guarde mérito, não se pode compará-la à recordação (a não ser por força de expressão, como fiz até aqui), processo em que outros profissionais são convidados a preparar o material extraído, limpá-lo dos excessos, organizá-lo por tipos, tamanhos e formas, sem falar em todo o trabalho de organização das coleções para fins de pesquisa ou exposição. Recordar não é fácil, não é simples. Entre o sítio arqueológico, um lugar de *coleta*, e o museu, um lugar de *coleção*, o caminho é longo. *Coletar*, *coleção*. Novamente me vejo às voltas com as palavras — ambos os termos são provenientes do latim *colligĕre*, que, por sua vez, é a base sobre a qual estão assentadas as palavras portuguesas *colher* e *coligir*. Para começar, coleta-se os rastros do passado, mas

não se costuma parar por aí, com meia dúzia de amostras materiais. Ao contrário, após a coleta, alguém os coloca numa coleção, lado a lado, disponíveis à leitura — à palavra *ler* (*legĕre*), inclusive, atribui-se a mesma origem de *coligir* (*co-* + *legĕre*).

Se quisermos espichar o tecido da linguagem — sob o risco, sempre iminente, de rasgá-lo em mil pedaços —, é curioso saber que *legĕre* provém do grego *légein*, que “significa dizer e falar (...), o mesmo que a palavra alemã *legen*, a saber: de-por, no sentido de estender e prostrar, propor, no sentido de adiantar e apresentar. Em *legen* vive colher, recolher, escolher” (Heidegger, 2012, p. 184). De *légein*, mais tarde, surge o *logos*, termo cujo sentido originário talvez tenha se esborado à medida de sua oposição, constituída “entre o oitavo e o quarto séculos antes de nossa era” (Vernant, 1999, p. 172), ao *mito* (do grego *mythos*). Em resumo: ler, dizer, falar, propor, colher, colecionar e inteligir são ações correlatas. E por que, no mundo moderno, *logos* se distanciou de *légein* para tornar-se, em latim, *ratio* (razão) e *cognitio* (cognição)? Não que isso tenha sido necessariamente ruim, mas, culminado o fato, a cabeça que *raciocina* parece ter se apartado da boca que *fala* e da mão que *colhe*. Com o *logos* amputado, é inevitável relembrar as intempéries do escavador desorientado: o que seria dele se, além dos mapas, perdesse a mão, a boca ou a cabeça? Que náusea etimológica!

*
**

Muitos geógrafos se especializaram na investigação de fenômenos do passado. Há os que se dedicam à evolução urbana das cidades, alguns à formação de Estados Nacionais e ainda outros às práticas, aos instrumentos e às instituições de caráter geográfico. Quanto aos últimos, diz-se, e com frequência, que compõem o subcampo de pesquisa denominado *história da geografia* —ou *história do pensamento geográfico*. Como tantos pesquisadores desde 1968 — quando, por ocasião do 21.º *International Geographical Congress* (IGC), realizado em Nova Delhi (Índia), foi criada a Comissão sobre História do Pensamento Geográfico da *International Geographical Union* (IGU) —, tenho repetido tal denominação sem questionar sua coerência. Ela parecia ter sentido e, no fim das contas, era reconfortante saber que não me faltariam revistas para publicar, grupos de trabalho em eventos para participar e cursos para ministrar, tudo isso sintonizado ao tom da pesquisa acadêmica internacional, sobretudo de França, Reino Unido e Estados Unidos, grandes centros de produção geográfica. Mesquinharia? É possível...

O geógrafo, ao recordar o passado, não é obrigatoriamente um historiador — embora, é claro, possa sê-lo, inclusive sem instrução formal —, a não ser que se relativize demais as fronteiras disciplinares. Recordar, aqui, implica escavar, exumar, trazer de volta à nossa vida os restos outrora sepultados. Trata-se de um exercício *arqueológico*. É certo que, pela simples referência à arqueologia, você se lembrará de *L'Archéologie du Savoir* (1969), livro de Michel Foucault (1926–1984). Se ainda não havia pensado isso, agora pensou. Como, desde a proposição da descrição arqueológica pelo filósofo francês, o vínculo entre arqueologia e escrita da história conota o maquinário analítico *foucaultiano* (dispositivos, enunciados e práticas discursivas, por exemplo), é possível que haja expectativas de as páginas seguintes estarem baseadas, nalguma medida, em Foucault (1969). Que essas expectativas morram agora, para não serem frustradas adiante. O método que

adotei é um tanto modesto, e, das ações que se desdobram dele, todas guardam parentesco com *logos*: colher, colecionar, inteligir e apresentar.

“Será uma pesquisa de história da geografia?”, perguntou-me um velho colega e professor, cuja identidade ficará detrás dos véus, quando mostrei a ele a ideia que deu origem a este texto. “Sim, acho que é isso mesmo!”, respondi, um pouco reticente, sem ter certeza se aquilo que eu fazia me tornava *historiador*. Hoje, sei que não. Explico: quando, por interesse próprio ou por força das circunstâncias, um geógrafo se põe a recordar o passado de sua disciplina científica, o que muda não é o seu olhar — forjado, ao menos em parte, em sua formação —, mas o campo de observação. “O passado é um país estrangeiro: lá, eles fazem as coisas de maneira diferente [*The past is a foreign country: they do things differently there*]” (Hartley, 1963, p. 7). E, se se considera o estrangeirismo dos tempos idos, assertiva repetida, décadas depois de aparecida nas páginas do livro de L. P. Hartley (1895–1972), por David Lowenthal (1985) e Peter Burke (1999), a sua investigação não precisará deixar de ser geográfica e sincrônica: o uso de *they do* (eles fazem), e não de *they did* (eles faziam), ao lado do advérbio *there* (lá, ali) é um indicativo disso. O passado é um lugar, tem uma posição no momento presente.

O tal do *historiador da geografia* é, mais precisamente, um geógrafo-escavador que, de todos os modos possíveis, extrai lembranças das profundezas para reuni-las em coleção. Ele não é um historiador, não precisa que a geografia seja mero objeto na escrita histórica: quer, ao contrário, descrever lugares, imaginá-los, colocá-los com vida diante de nossos olhos — mesmo que seja para “ver ‘com os olhos da mente’ o que, de fato, nunca vimos” (Tuan, 1975, p. 205). Ele é um recordador por excelência. Gomes (1996, p. 10) assemelhou essa tarefa do geógrafo àquela dos *aedos gregos*, poetas que, por meio de récitas, “descreviam a imagem do mundo e forneciam, ao fazê-lo, uma explicação da multiplicidade, uma cosmovisão”. Se o poeta grego tinha “(...) na palavra cantada o poder de ultrapassar e superar todos os bloqueios e distâncias espaciais e temporais, um poder que só lhe [era] conferido pela Memória (*Mnemosyne*)” (Torrano, 2007, p. 16), é fato também que Clio, musa da história, não era a única a cantar-lhe o mundo ao pé do ouvido. Uma vez dito isso, resta a pergunta: por onde anda a musa da geografia?

Em *Profile of Clio*, palestra proferida na Universidade de Leiden, Países Baixos, em 1991, Brodsky (2011, p. 101) afirmou que Urânia — a quem também dedicou um de seus poemas (Brodsky, 1988) — era a musa da geografia, embora normalmente nos refiramos a ela como musa da astronomia. Sabendo das afinidades entre geografia e astronomia, sobretudo no antigo mundo greco-romano, não surpreenderia se Urânia, cuja mão repousa sobre um globo e segura um compasso, inspirasse práticas geográficas e astronômicas. O geógrafo moderno, portanto, é tão descendente de *Mnemosyne*, deusa da memória, quanto o poeta e o historiador. Mitologia, etimologia, arqueologia. São múltiplos os argumentos desenvolvidos até aqui para sustentar a hipótese de que recordar é um ato geográfico. Além de todos eles, quero oferecer a você, leitor, registros de uma lembrança, uma recordação de um episódio transcorrido na ciência geográfica brasileira dos anos 1940. Para recordar, como disse antes, é preciso escavar, e assim o fiz. Dos acervos — as camadas de terra — extraí documentos, e deles, por sua vez, vestígios que me ajudassem a imaginar uma situação passada, estrangeira. Foi uma espécie de arqueologia, uma arqueologia do saber — geográfico.

Escavação

Um: “Já nas defesas externas da importante cidade de Orel (*sic*)” (Diário de Notícias, 27 de fevereiro, 1943). Dois: “Apesar dos violentos contra-ataques nazistas, os aliados avançam firmemente para Túnis” (A Manhã, 30 de abril, 1943). Três: “Grandes derrotas alemãs na frente russa” (Gazeta de Notícias, 24 de junho, 1943). Quatro: “Partiram para o ‘front’ os primeiros aviadores brasileiros” (A Manhã, 4 de janeiro, 1944). Cinco: “Rompendo um mar de lama e toda a resistência inimiga” (Diário Carioca, 8 de março, 1944). Seis: “Quinhentos mil nazistas na iminência de aniquilamento” (Diário de Notícias, 12 de março, 1944). Sete: “Bombardeado novamente hoje o Japão” (A Noite, 11 de agosto, 1944)². Sete, repito, sete manchetes. Todas, estampadas nas primeiras páginas dos principais jornais do Rio de Janeiro, e publicadas entre 1943 e 1944, contêm fatos decisivos dos anos finais da Segunda Guerra Mundial (1939–1945). Convém realçar, apesar de óbvia, a abundância de palavras direta ou indiretamente bélicas — a exemplo de *front*, frente, aliados, defesas, rupturas, contra-ataques —, as quais descrevem a situação dos conflitos.³

Ora, nesses mesmos jornais, se se virasse uma ou duas folhas, também se lia: “A expedição científica de 1943 do C.N.G.” (A Manhã, 30 de abril, 1943); “Os limites do território da Bahia” (Gazeta de Notícias, 24 de junho, 1943); “Estudando o interior brasileiro. As expedições ao divisor de águas Tocantins-São Francisco, para localizar as divisas entre a Bahia e Goiás” (Diário de Notícias, 12 de março, 1944); “O conhecimento do Brasil pelos brasileiros” (Diário Carioca, 7 de julho, 1944)⁴. Está em jogo aqui, assim como nos citados eventos da Segunda Guerra Mundial, o controle territorial. *Divisas, limites e expedições*; o vocabulário ainda é belicoso, embora seja mais sutil — a última palavra, aliás, é ambígua, guarda tanto o sentido de marcha militar quanto o de científica, além das nuançadas sobreposições entre uma e outra. Todos conhecemos *Os Sertões* (1902), livro de Euclides da Cunha (1866–1909), e a Expedição Científica Rondon-Roosevelt (1913–1914). Nesta, segundo Roosevelt (1914, p. 26), tem-se não “uma viagem de caça, mas (...) uma expedição” de reconhecimento geográfico e biológico de porções da Amazônia; naquele, por sua vez, ao registrar episódios da Guerra de Canudos (1896–1897), Euclides da Cunha (1905) denomina “expedição” cada uma das incursões militares ao assentamento de sertanejos encabeçado por Antônio Conde (1830–1897).

A expedição, sem dúvida, é um exercício de deslocamento, um percurso. Do latim *expeditio* (-ōnis), a palavra é composta pelo prefixo *ex-*, o mesmo de escavação, e *pedis*, pé. Livrar os pés das amarras, libertá-los, e, mais literalmente, colocá-los para fora. E, quando os portugueses cá puseram os seus, uma era das expedições foi iniciada por essas bandas: “(...) após a arribada

2 Quanto à referência de reportagens jornalísticas, considerando a relevância tanto dos títulos quanto das datas de publicação para este artigo, esses detalhes foram citados integralmente no decorrer do texto. Adicionalmente, os periódicos estão listados em uma seção específica da bibliografia.

3 Nas citações diretas de textos produzidos à época da expedição de 1943, a grafia do português foi atualizada conforme Acordo Ortográfico em vigor no Brasil desde 2009. Dessa forma, por exemplo, Goiás aparece nas citações com sua grafia atual. Em trechos nos quais o entendimento das sentenças estivesse comprometido, também foram realizadas algumas correções de vírgulas nas referidas citações. No que concerne aos trechos com acréscimos textuais entre colchetes, essas são inserções minhas.

4 Considerando que o estado do Tocantins foi criado em 1988 (ou seja, 45 anos após a expedição histórica ao Jalapão), para evitar confusões na compreensão, adotei, no texto, a divisão territorial vigente em 1943. Portanto, quando me refiro textualmente a Goiás, trata-se da área que, atualmente, corresponde ao Tocantins, onde se localiza o Jalapão.

venturosa de Cabral a Porto Seguro, que exaltou aspirações imperialistas, escolheu D. Manuel quem pudesse explorar o desconhecido litoral” (Correia Filho, 1943, p. 5), escreveu Virgílio Correia Filho (1887–1973), então assistente-técnico do jovem Conselho Nacional de Geografia (CNG), em uma tentativa despretensiosa de esboçar uma cronologia das expedições científicas no território brasileiro. De fato, se concordamos com ele, não restarão tantas dúvidas de que o reconhecimento — e a formação — territorial do Brasil se deu *pari passu* à realização dos mais variados tipos de expedição, da militar à geográfica. O esforço expedicionário é uma das *raízes do Brasil*, lugar das monções, dos sertões, das fronteiras, dos caminhos antigos.

Dos primórdios da América Portuguesa ao Brasil República, não foram poucas as expedições, com suas respectivas finalidades, que aqui tiveram lugar. Em contraste aos séculos anteriores, no início dos anos 1940, com a aprovação da resolução n.º 111, de 3 de julho de 1942, pela Assembleia Geral do CNG, a *expedição* irrompe como um esforço coordenado de escrutínio do território pátrio. Tal resolução dispõe sobre a promoção de expedições científicas anuais pelo órgão. Embora já recorrentes, elas se tornaram peças-chave da política de integração nacional da Era Vargas (1930–1945), como se fossem sucessoras espirituais das antigas bandeiras — em *Marcha para oeste: a influência da “bandeira” na formação social e política do Brasil*, livro do poeta Cassiano Ricardo (1940), um dos ideólogos nacionalistas do período, o paralelo entre ambas é evidente. Ora, esse mesmo livro também deixa ver, é claro, uma analogia com a tão conhecida doutrina do *Destino Manifesto* nos Estados Unidos do século XIX. Há para esta, por exemplo, uma espécie de síntese na pintura *American Progress* (1872), de John Gast (1842–1896). Nela, uma figura angelical e luminosa, acompanhada por tropas, barcos e locomotivas ferroviárias, avança à esquerda do quadro estendendo cabos telegráficos; indígenas, cervídeos e bisões recuam, são afugentados.

No Brasil, por sua vez, há alusivos ícones cartográficos, mapas nos quais as tropas, os aviões, os carros-de-boi e as embarcações rasgam o território em direção à porção oeste do país. Nada melhor que uma notícia de *A Manhã*, jornal lançado em 1941, sob a direção do já referido Cassiano Ricardo, para ilustrar o abasileiramento do *Destino Manifesto*. No topo, o título “Marcha para o oeste”; abaixo dele, um dos mapas descritos anteriormente; e, por fim, o texto da coluna, que reúne comentários de algumas das atividades do Conselho Nacional de Estatística (CNE) e do CNG: “Com o esquadramento completo do território nacional feito pelos topógrafos do Instituto Nacional de Geografia e Estatística, podemos obter elementos para um estudo mais exato do meio físico do país, cujas fronteiras não se achavam ainda perfeitamente delimitadas” (*A Manhã*, 24 de setembro, 1941). Trata-se de uma divulgação da Campanha das Coordenadas Geográficas (1939), iniciativa dirigida por Allyrio Hugueney de Mattos (1889–1975), engenheiro do CNG, como uma resposta ao decreto-lei n.º 311, de 2 de março de 1938. O decreto dispunha sobre a divisão territorial do país e determinava a necessidade de confecção de mapas municipais para atualizar a Carta do Brasil ao Milionésimo — cuja última edição, organizada pelo Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, fora confeccionada em 1922.

Vejamos alguns fatos mais de perto. A tarefa básica da Campanha das Coordenadas, iniciada, como se sabe, em 1939, era recolher coordenadas astronômicas das sedes municipais do Brasil. Contrariando seu propósito original, o Diretório Central do CNG, ao aprovar a resolução n.º 94, de 20 de fevereiro de 1942, “incluiu no plano de trabalho (...) das campanhas de coordenadas e altimetria do Conselho o levantamento da região em que se localiza a linha divisória entre os Estados de Goiás e Bahia” (Correia Filho, 1943, p. 10). Mais ainda: levantamento “não somente

quanto à determinação exata de pontos característicos da linha mencionada, como também (...) ao reconhecimento geral do relevo da região” (IBGE, 1942a, p. 162). Estas palavras à guisa de advertência do texto normativo são um indicativo para alterar, além de procedimentos técnicos, também o perfil dos profissionais da campanha expedicionária, ora carente de alguém sensível e treinado às sutilezas da descrição geomorfológica. Determinar localizações, posicioná-las em uma base comum, era tão importante quanto descrever o sítio, a estrutura geológica, os cursos d’água, o porte da vegetação.

E, em 9 de maio de 1942, uma expedição às regiões limítrofes de estados brasileiros — a trijunção Minas Gerais-Bahia-Goiás e a quadrijunção Goiás-Bahia-Piauí-Maranhão — foi iniciada por técnicos do CNG, que recebeu suporte da Divisão de Geologia e Mineralogia do Ministério da Agricultura e do Ministério da Aeronáutica, bem como dos governos estaduais interessados em determinar com precisão as áreas lindeiras. Do Rio de Janeiro o comboio seguiu, de trem, para Belo Horizonte; e, da capital mineira, passaram por Uberaba (MG) e Ipameri (GO), donde foram em caminhões até Sítio d’Abadia (GO), ponto de partida dos trabalhos para a fixação das coordenadas da marcação dos limites de Bahia, Minas Gerais e Goiás. Eram mais de 20 expedicionários, entre “engenheiros, geólogos, geógrafos, operadores, topógrafos (...), afora vários operários com funções correspondentes às respectivas especializações” (IBGE, 1942a, p. 162). No final de junho, resolvido o que se tinha para resolver nas divisas mineiras, rumaram para o norte, às margens da linha divisória de Goiás-Bahia.

Antes de chegar ao destino na quadrijunção Goiás-Bahia-Piauí-Maranhão, a turma viveu de tudo. Das coisas mais belas, como a “vista deslumbrante” de veredas, cerrados e chapadas, às mais perigosas, a exemplo do “batismo de fome e de sede” em território goiano e das moléstias que acometiam os expedicionários (Pereira, 1942). Ora “mau tempo”, muito nublado, ora “calor sufocante”. Comida, gasolina e medicamentos, três das provisões mais básicas, poucas vezes estavam ao alcance das mãos. A marcha era árdua, todos eram colocados à prova. E nem todos resistiam. Afonso Guaíra Heberle, topógrafo e paisagista, e Valdemar Santos, um dos auxiliares de topografia, não sobreviveram à jornada. Suas vidas ficaram pelo caminho. Mas então, diante das mortes, não havia o que ser feito, senão seguir. Assim fizeram, seguiram. Descreviam feições de relevo. Tomavam as coordenadas. Cotejavam os topônimos que conheciam àqueles atribuídos pela própria gente daquela terra. Passo a passo, ponto a ponto, linha a linha, emergia um mapa da zona limítrofe dos referidos estados e do divisor de águas das bacias dos rios São Francisco e Tocantins.

A expedição “percorrerá a faixa da divisa Goiás-Bahia (...) até atingir ao norte a muito falada, mas pouco conhecida, região do Jalapão, onde se encontra a famosa Lagoa do Varedão ou Varedão, cuja posição nas cartas contraditórias varia até 60 quilômetros” (IBGE, 1942a, p. 163), anunciou o Diretório Central do CNG, em 20 de fevereiro de 1942, quando da apresentação do plano anual de trabalhos da instituição. Na região do Jalapão, “há um notável ponto geográfico que a expedição estudará e determinará — é o nó de limites, quadrijunção, de Goiás-Bahia-Maranhão-Piauí” (IBGE, 1942a, p. 163). Curiosamente, pelo que consta do mapa e relatório da expedição (Pereira, 1942), ambos rematados em Dianópolis (GO) e Barreiras (BA), cidades ao sul da prenunciada região do Jalapão, os expedicionários não chegaram tão longe. Depois dos levantamentos “topográfico e astronômico de uma faixa de cerca de 50 quilômetros de largura”, de “cobertos mais de 2500 quilômetros de caminhamentos expeditos”, de recolhidos mais de “33 pontos de coordenadas geográficas, dos quais 22 tiveram determinadas sua declinação magnética”, os trabalhos foram

interrompidos em 9 de setembro (IBGE, 1942b, p. 186). Note-se que a “fatores de ordem material e, sobretudo, [à] entrada do Brasil na guerra” (IBGE, 1942b, 185) são atribuídas as causas da interrupção precoce da campanha.

Quem ler o relato da expedição não deixará de notar que a palavra *Jalapão* somente ocorre em duas ocasiões do texto. Esta, aliás, apenas é mencionada pelo relator da campanha nas páginas finais, em que ele sugere a necessidade de prosseguimento dos estudos em expedição futura. Poder-se-ia, com ela, precisar limites estaduais — afinal, segundo Pereira (1942), as informações coletadas indicavam a existência de duas trijunções, a de Bahia-PiauÍ-Maranhão e a de Bahia-Maranhão-Goiás, e não de uma quadrijunção — e determinar “a posição de toda a zona do Jalapão, com seus inúmeros rios e riachos” (Pereira, 1942, p. 126). A visita ao Jalapão virou promessa, projeto, que se concretizou em 1943, como adiantei no início desta seção ao arrolar manchetes de jornal com o anúncio de sua ocorrência. Chega mesmo a ser publicada uma matéria de jornal com o seguinte título: “Jalapão... a Shangri-lá brasileira” (A Noite, 12 de março, 1944). Nesse sentido, tal região remete, ao melhor estilo James Hilton (1900–1954) — autor responsável, em seu romance *Lost Horizon* (1933), pela criação de Shangri-lá como uma espécie de *topos* literário —, a um paraíso terrestre.

Mas, após assemelhá-la ao lugar idílico descrito por Hilton (1933), a matéria jornalística dismantela a impressão inicial: “Desfazendo uma lenda — [O Jalapão] Não é a ‘Terra da promessa’ que tantos sonhavam” (A Noite, 12 de março, 1944). Se não era a Shangri-lá, terra da promessa, do sonho e do tempo suspenso, o que era, afinal, a região do Jalapão? Em 3 de março de 1943, o Diretório Central do CNG fixou a resolução n.º 128, a fim de prosseguir os trabalhos iniciados um ano antes e prescrever os objetivos da expedição científica que cobriria o Jalapão: 1) “estabelecer, com a possível precisão, a zona da lagoa do Veredão e estudar a comunicação das bacias que nele se dá”; 2) “reconhecer a faixa lindeira do estado da Bahia com os de Piauí, Maranhão e Goiás” (Correia Filho, 1943, p. 13). Uma vez definidos os propósitos da nova expedição, quem escolher para chefiá-la? A resposta é óbvia, embora, à primeira vista, não pareça: Gilvandro Simas Pereira, engenheiro, integrante da Campanha de Levantamento de Coordenadas Geográficas do CNG e membro da expedição Minas Gerais-Goiás-Bahia, de 1942.

*
**

Embora se tenha o hábito de recordar uma expedição científica como um canto heroico, uma saga, ela, na verdade, também pode ser rememorada de outras maneiras. Foi por meio desse recurso — o do apelo à fábula, à mitologia dos heróis — que apresentei brevemente a campanha expedicionária Minas Gerais-Goiás-Bahia, organizada pelo CNG, de 1942. Qualquer seja a expedição, ela é lembrada, sobretudo, por seu caráter desbravador; isso se explica, ao menos parcialmente, em razão da etimologia da palavra. Ao narrar apenas quando os pés estão do lado de fora, livres, esquecemo-nos doutros momentos, especialmente daqueles em que lutamos para nos livrar dos grilhões. Não libertamos nossos pés do dia para a noite! É preciso, portanto, considerar a *pré-expedição* tão expedição quanto o próprio ato de percorrer o trajeto previsto, por mais paradoxal ou tautológico que isso soe aos ouvidos. Em outras palavras: *pré-expedição é expedição*. Conheci a expedição ao Jalapão nas páginas eletrônicas da *Terra Brasilis*, Revista da Rede Brasileira de

História da Geografia e Geografia Histórica (*Rede Brasilis*), quando li, em trechos inéditos, parte do relatório de Pedro Pinchas Geiger (1923–presente).

Impressionou-me, particularmente, sua riqueza gráfica, o apelo visual, comum aos relatos mais conhecidos da expedição (Pereira, 1943a; Pereira, 1943b; Geiger, 2014). Era, de fato, um álbum de imagens, em que desfilavam mapas, vistas, perfis longitudinais, fotografias, blocos-dia-gramas. Diante dessa abundância descritiva, não me parecia que o relatório de Geiger (2014) fosse resultado do acaso ou apenas obra do gênio individual do jovem geógrafo, então com 20 anos de idade. Como funcionário do IBGE, nos anos seguintes, Pedro Geiger envolveu-se num sem-número de excursões, expedições e trabalhos de campo a diversas regiões do Brasil, e não é preciso consultar exaustivamente a bibliografia de sua autoria para constatar a carga evocativa de seus textos. Leia-o. Depois, feche os olhos. Imagine. E, pasme, verá a região entre Teófilo Otoni (MG) e Colatina (ES) (Geiger, 1951), ou a região setentrional da Baixada Fluminense (Geiger, 1956), ou ainda a cidade do Rio de Janeiro (Geiger, 1960). Com o Jalapão não é nada diferente: feche os olhos novamente, e o Jalapão do início dos anos 1940 sairá, com vida, do texto e das figuras que o acompanham. Que é que faz uma descrição geográfica tão precisa, tão bem-feita que parece um pedaço do mundo? Mais especificamente: como explicar o que foi visto, como refletir sobre as condições da observação?

O pequeno artigo *Use of simile and metaphor in geographical descriptions*, em que o geógrafo Yi-Fu Tuan (1930–2022), analisando excertos de textos de geógrafos e geólogos americanos de fins do século XIX, salientava o uso de recursos linguísticos com o propósito de descrever lugares (Tuan, 1957), leva-me a pensar que a resposta para ambas as questões depende da análise textual, retórica, das descrições. Sem dúvida alguma, a multiplicidade de artifícios empregados pelo geógrafo-escritor é indispensável a qualquer descrição geográfica que se pretenda vívida, isto é, que seja capaz de evocar nitidamente imagens de um lugar na mente do leitor. Pois o que se esconde, ou não se vê, em um texto descritivo, tal como aquele do relatório de Geiger (2014)? Leia isto: “As expedições científicas caracterizam-se sempre pelo espírito de sacrifício e mesmo pelo heroísmo de seus componentes (...)”, escreve Pereira (1943b, p. 2), chefe da expedição à região do Jalapão, em um relatório de atividades. E, no mesmo parágrafo, continua: “Hoje, com o progresso da ciência e da indústria, não podemos mais sujeitar o êxito de uma missão desta ordem ao espírito mais ou menos heroico dos homens que a compõem”. Nem ao espírito heroico, nem às idiosincrasias dos expedicionários, imagino em retrospecto.

Era o primeiro dia de maio de 1943 e, depois de meses de planejamento, os engenheiros Gilvandro Simas Pereira e Álvaro Martins Sampaio e o auxiliar Germano Anísio dos Santos rumaram para Juazeiro (BA), donde, embarcados em um pequeno vapor, iniciaram o trajeto que os levaria ao tão falado Jalapão. Ache-garam-se a essa turma, dia após dia, outros membros da expedição, a exemplo de Pedro Geiger, recém-incorporado ao quadro de funcionários do CNG. Em artigos de jornal, entrevistas e relatórios oficiais, apareceram, desde 1943, descrições mais ou menos pome-norizadas dos dias que se passaram desde a partida dos expedicionários. Como na já referida saga, a narração normalmente segue as andanças do grupo de *heróis*, movidos — por burros, mulas, caminhonetes e embarcações de todo tipo — à região destino da campanha, durante aproximadamente cinco meses de trabalho em campo. E rotina semelhante se repetia a cada ano. As expedições geográficas regulares do CNG — ou, de modo mais geral, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) — estendem-se desde o início dos anos 1940, como desdobramento da

Campanha de Coordenadas Geográficas, até o fim dos anos 1960, tendo então percorrido todas as grandes regiões do país (Leite; Abrantes, 2018).

Sem dúvida, os recursos utilizados para a descrição do território nacional podem ser avaliados por meio de uma análise dos relatórios dos próprios expedicionários. Não o farei aqui. Proponho que se dê um passo atrás, e estas são perguntas derivadas desse recuo: por que uma determinada expedição se justifica? Para responder a quais dúvidas? Aliás, como se delinea o percurso e o programa de uma campanha de campo? De onde partir, e por que razão? Onde pousar? Quando? Deslocar-se por ar? Água? Terra? Em quais meios de transporte? Quem comporá a equipe, e por qual tipo de observação cada membro ficará incumbido? E, além disso, tendo as tarefas sido distribuídas, o que exatamente se observará? Pode-se dizer que há um protocolo estabelecido previamente para orientar o olhar? Ou, por haver tanto a ser visto, isso seria inviável? E de que ferramentas precisará o observador, o expedicionário, em sua empreitada? A quais instrumentos demandará tal ou qual fato a ser observado e registrado? E, mais ainda, diante da exiguidade de recursos materiais e humanos, o que pode ser realizado?

Qualquer um que tenha estudado a criação do CNG, em particular, e do IBGE, em geral, e não seja demasiado distraído para perceber as sutilezas da organização institucional da geografia no Brasil da primeira metade do século XX conhece as *tertúlias geográficas*. Instituídas em 2 de dezembro de 1942, pela resolução n.º 117 do Diretório Central do CNG, eram reuniões para a discussão de tópicos de interesse geográfico por “técnicos e leigos, professores e estudantes, homens com responsabilidade de governo e iconoclastas demolidores de preconceitos, toda gente, velhos e moços” (Backheuser, 1943, p. 6). Tal como nos cafés ou salões parisienses do século XVIII em diante — ou, cá mais perto, nas malsucedidas sessões de “comunicações e debates” da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro de que nos falou Backheuser (1943) —, criou-se um lugar de sociabilidade, um espaço público, “onde se [misturavam] mentalidades diversas com o objetivo comum de caldear a alma geográfica do Brasil” (Backheuser, 1943, p. 6). Lá, as pessoas e as informações iam e vinham. E, também de lá, saíam, em brasa, ideias que iriam alimentar projetos futuros do IBGE.

Os *tertulianos* se encontravam toda semana e, em torno de uma “larga mesa (...) retangular, quase quadrada” (Backheuser, 1943, p. 6), da Sala Varnhagen do Silogeu Brasileiro — então sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) —, conversavam a partir de comunicações temáticas. “As reuniões tomam o aspecto de conversa”, diz-nos Backheuser (1943, p. 6), “mas de conversa a sério, com perguntas incisivas e respostas eruditas”, ou seja, os encontros estavam esteados em finalidades científicas. Em síntese: alguém propunha um tema; a sua pertinência era avaliada, sobretudo por José Carlos de Macedo Soares (1883–1968), Cristóvão [Cristovam] Leite de Castro (1904–2002) e Francis Ruellan (1894–1974), que àquela época ocupavam, respectivamente, os cargos de presidente do IBGE, secretário-geral do CNG e orientador científico das *tertúlias geográficas*; o tema era exposto “por quem [havia] sido designado pelo presidente (...) em curtas palavras, sem floreios retóricos” (Backheuser, 1943, p. 8); e, por fim:

Depois da exposição, um curto silêncio. Para a meditação. E espoca a primeira dúvida, o primeiro pedido de esclarecimento, de algo que não ficou bem claro. Depois outro, outro, e mais outro. Em calma. Sem interrupções intempestivas como nos parlamentos. Os apartes são raros. Ouve-se e pensa-se. Reflete-se. Só fala quem tem alguma coisa nova a propor. E o interpelado responde, esclarece, vai ao quadro negro, elucida. Afinal, a palavra do chamado coordenador. Resume os debates, sublinha as divergências, põe os pontos nos *ii*. Às vezes um ou outro ainda agita um ponto deixado obscuro. E Cristóvão, sorridente e

calmo, diz duas palavras amáveis e sintéticas. E está encerrado o debate. Nem votações, nem a pretensão de esgotar o assunto. Apenas focalizá-lo, iluminá-lo, trazê-lo à meditação (Backheuser, 1943, p. 8).

Trazer o assunto à meditação. Iluminá-lo. Quando li esse trecho pela primeira vez, há uns sete anos, pouco sabia das tertúlias, das expedições e do próprio IBGE. O texto me caiu às mãos por acaso, e o que me chamou a atenção foi a palavra exótica do título — tertúlia —, da qual não se tem informação segura sobre a etimologia. O tempo passou e, em 2023, conheci o já citado artigo de Correia Filho (1943, p. 12), em que se lia: “mediante plano sistemático, anualmente contribuirá o Conselho Nacional de Geografia (...) para ir progressivamente apagando as sombras que ainda amantam grandes extensões do território nacional”. O texto expunha dezenas de nomes de lugares, instituições e exploradores, e seu tom em louvor das atividades do CNG evocava o suposto excepcionalismo desta instituição. Contra as sombras do desconhecimento do país, ter-se-ia a luminosidade da ciência geográfica moderna. Era um jogo de luz e sombra, de conhecido e desconhecido. Um iluminismo tropical! Ou, pelo menos, mais uma etapa dele, que se teria acentuado com a coordenação de esforços instituída pelo Estado brasileiro para o conhecimento do território pátrio.

Iluminar um assunto geográfico é colocá-lo no mapa — ora pela meditação, realizada em gabinete, ora pelo percurso, pelo trabalho de campo. Em 16 de fevereiro de 1943, por ocasião da sexta tertúlia semanal, Gilvandro Simas Pereira, o chefe da expedição ao Jalapão, resumiu a montagem do roteiro da campanha de campo à luz das condições da região a ser visitada, a saber: “clima, estado sanitário, recursos alimentares, vias de comunicação e transporte” (IBGE, 1943a, p. 60). Os primeiros levantamentos o levaram a esboçar um traçado preliminar para o roteiro da expedição, malgrado a qualidade precária e as inconsistências dos mapas existentes da região (Pereira, 1943a, 1943b). Ele não fazia ideia de que um programa organizacional para os próximos anos estava sendo ali gestado e disse os itens imprescindíveis à expedição: 1) programa dos trabalhos; 2) pessoal necessário; 3) trajeto na ida e na volta; 4) tempo necessário para a execução dos trabalhos; 5) material para acampamento; 6) orçamento (IBGE, 1943a, p. 60). E então os demais tertulianos tomaram a palavra — cada um por vez, como exigia a etiqueta — para arguir, comentar e esclarecer tópicos da organização da expedição.

“São planos os dois Jalapões: o de cima, numa rampa insensível até a Pedra da Baliza (...). O Jalapão de baixo é cortado, ao centro, pelo rio do Sono e limitado ao sul e oeste pelo vale do Balsas”, observou Urbino Vianna (1870–1945), “a quem se deve uma memória sobre a região do Jalapão, apresentada ao 8.º Congresso de Geografia do Espírito Santo” (IBGE, 1943a, p. 60). E Pedro Geiger corroborou tal duplicidade em comentário bibliográfico apresentado na tertúlia: “É um grande planalto que morre aos pés do Parnaíba limitado pelo São Francisco e cortado pelo Tocantins e Araguaia, sendo erodido pelas duas bacias” (IBGE, 1943a, 61). Provavelmente você, leitor, está confuso com todo esse palavrório, toda essa profusão de topônimos sem que se estabeleça uma imagem da região. Está bem, é compreensível, mas não te darei uma síntese geográfica do Jalapão, pretendo ir adiante com a abstração. Nesse aspecto, é preciso mencionar a intervenção de Fábio de Macedo Soares Guimarães (1906–1979): “seria interessante, por exemplo, saber, para o norte, *até onde* vai a escarpa; se as serras entre Piauí e Bahia apresentam *escarpas para* o N. e para o S. (...). Outra finalidade da expedição é esclarecer a *nomenclatura confusa* da região” (IBGE, 1943a, p. 61, grifo nosso). *Até onde*: extensão; *escarpas para o N. e para o S.*: orientação; *nomenclatura confusa*: toponímia.

Extensão, orientação e toponímia: três princípios geográficos, se é que podemos chamá-los dessa maneira, principalmente o último deles. Depois disso, um tertuliano sugeriu que o Serviço Hidrológico da Marinha se interessaria pela excursão, outro aconselhou que fosse levado um rádio comunicador, e um terceiro comparou uma de suas experiências pretéritas de navegação em rios amazônicos ao percurso fluvial dos expedicionários pelo Jalapão (IBGE, 1943a). Nada disso parece ter efervescido trélicas calorosas, parou por aí. O registro da tertúlia se quebra, e Francis Ruellan, em uma apresentação pormenorizada dos problemas geomorfológicos a serem considerados, disse-lhes em tom criterioso: “uma erosão diferente da bacia do São Francisco, do Tocantins e do Parnaíba deve ser cuidadosamente estudada (...). Finalmente deve-se considerar os depósitos superficiais, quaternários, que dependem, em grande parte, do clima” (IBGE, 1943a, p. 61). Assim, com o mesmo tema, o da observação geomorfológica, se inicia a tertúlia da semana seguinte, a sétima, do dia 23 de fevereiro de 1943.

Ruellan recita uma série de comentários e elabora perguntas que lhe vieram à lembrança no estudo da referida região: “Até onde esse relevo se estende ao sul e como passa da chapada cretácea à bacia permo-carbonífera do Parnaíba-Piauí?”, “Qual é a importância desses depósitos [de seixos rolados no nordeste do Brasil]?”, “Até onde se estendem as dunas assinaladas ao longo do São Francisco?” (IBGE, 1943b, p. 63). Assim, de palavra em palavra, sem que se perceba, as lições do mestre francês recobrem quase duas páginas, como se se constituísse ali uma lista de fatos a observar, a verificar. Coincidência ou não, no ano seguinte à expedição do Jalapão, Ruellan (1944) publica uma espécie de guia para organização e planejamento dos trabalhos de campo nas *pesquisas originais de geografia regional*. E a tertúlia continuou a todo vapor. Heloísa Alberto Torres (1895–1977), a antropóloga... estava lá. Lysias Rodrigues (1896–1957), o coronel da Força Aérea Brasileira, também. Além deles, havia outros tantos participantes, cada um contribuindo como podia com o seu quinhão, o seu palpite para a elaboração do plano de ações da expedição.

Mas coube a Everardo Backheuser (1879–1951), a pedido de Cristóvão Leite de Castro, tramar um “esboço das principais pesquisas antropogeográficas a serem realizadas”: 1) morfologia antropográfica (divisão territorial, quantidade de população, qualidade da população, limites e confrontações, comunicações e migrações); 2) topologia antropogeográfica (distribuição da população segundo a situação geográfica: *i.e.*, próxima a vales, lagoas, bosques); 3) fisiologia antropogeográfica (características determinantes da região: animal, fluvial, vegetal, mineral, atmosférica) (IBGE, 1943c, p. 66). A tertúlia termina, e, até o início de maio, data de partida dos expedicionários, a excursão ao Jalapão é pauta dos tertulianos outras vezes (IBGE, 1943d, 1943e). E, assim, outros personagens apareceram, palpitarão, outras dúvidas foram colocadas, outras sugestões anunciadas. Mas, depois de ter corrido o risco de perder a atenção do leitor — terá ele chegado até aqui? — não vejo necessidade de multiplicar exemplos, consumir páginas e páginas descrevendo tertúlias, ou mencionando nomes, datas de nascimento e mortes de figuras há tanto soterradas na memória disciplinar da geografia.

Encerramento?

Agora é a hora de encerrar este texto. É preciso concluí-lo, ou, pelo menos, tentar amarrar um par de pontas soltas deixadas ao longo das páginas anteriores. Se não todas, é possível atar dois grandes fios conclusivos.

Como assinalado, o CNG operou várias vezes por dispositivos normativos, sintetizados em resoluções, que atribuíam objetivos pragmáticos e precisamente delimitados às atividades da instituição. Incluída numa resolução, a expedição ao Jalapão, da qual tanto se falou, justificava-se não só pela necessidade de *conhecer* o território, mas de o *conhecer para* aportar argumentos lógicos ao contencioso das divisas de unidades da federação. Este aparente simples propósito, atraente aos mais renomados vultos da ciência geográfica da época, é de fato um quebra-cabeças espinhoso, cuja solução não se encontra num piscar de olhos. Despojado da metáfora e em outras palavras: o litígio limdeiro dos estados (Piauí, Bahia, Goiás e Maranhão) não se resolveria com uma visita imediata, irrefletida, não planejada, nem a solução emergiria como mágica das profundezas da mente única de um gênio iluminado. Era um *puzzle* para ser jogado a dois, três, quatro... quantos fossem necessários para perfilar todas as peças e solucionar o desafio. Daí resultou a primeira conclusão: a expedição foi um *evento*, tal como esta noção foi discutida por Santos (1996). Ela tem, por exemplo: 1) uma duração que não se resume ao período em que os expedicionários estão em campo: *a pré-expedição é expedição*, eu disse antes; 2) uma extensão mais ampla que a imaginada, já que a sua ocorrência se dá tanto no percurso propriamente dito quanto nas situações de planejamento do itinerário.

No segundo caso, o da extensão, cabe mencionar a ocasião das tertúlias geográficas, sem as quais a expedição não ocorreria tal como ocorreu. Da Sala Varnhagen do Silogeu Brasileiro ao campo, à Pedra da Baliza, à Lagoa do Veredão, aos lugares onde os expedicionários fincavam os pés. Ou do gabinete às trilhas, picadas e caminhos por onde passavam, eles e os recursos que lhes eram enviados pelo CNG ou por instituições apoiadoras. Constituída como um fórum de debate, a tertúlia era muito mais que um encontro fortuito: constituía, como tantas vezes já foi demonstrado na literatura geográfica, uma forma de treinamento dos jovens geógrafos saídos do celeiro recém-aberto das universidades brasileiras (Almeida, 2000; Leite; Abrantes, 2018). Isso já suscita a segunda conclusão a que se pode chegar: a expedição foi obra de um coletivo de pesquisadores, um *coletivo de pensamento* (Fleck, 1935). Isso significa que o observador, em campo, não é somente o indivíduo que vê, pois carrega consigo uma série de prescrições e predisposições mentais resultantes de sua “educação teórica e prática” (Fleck, 1935, p. 66). É como se todos os tertulianos fossem levados a observar o Jalapão, ainda que lá não estivessem fisicamente. Precisa-se treinar o olhar para ver. O indivíduo vê, mas, creio, a comunidade acadêmica que o suportava junto, orienta seu olhar, sobretudo com perguntas e listas de fatos a observar.

Ao lançar-me à tarefa de recordar certos antecedentes da expedição ao Jalapão, precisei revirar jornais e periódicos científicos, ler artigos, normas, notícias e relatórios. Escavar os arquivos para trazer à tona uma memória esparsa, soterrada pela passagem do tempo. Não queria replicar o que conhecemos, ou seja, imagens já exumadas, tampouco escrever um relato das condições de campo enfrentadas pelos expedicionários — como é praxe nalgumas publicações, e a segunda parte do livro *A invenção da natureza. A vida e as descobertas de Alexander von Humboldt*, de Wulf

(2016), é um exemplar muitíssimo bem-sucedido dessa tendência. Trabalho de história da geografia? Não. A menos que seja, e eu ainda não saiba. Pouco conheço do ofício do historiador, não sei nem de perto os meandros, as estratégias, as ferramentas e os procedimentos da escrita e pesquisa históricas. Sabedor da minha ignorância, optei por me comportar como um escavador do passado da geografia. Um geógrafo-escavador, mais especificamente; um leitor e produtor de coleções, de sincronias, de conexões. Um amanuense, um trabalhador manual: à mão escavo e escrevo.

Foi necessário, antes de instalar o sítio arqueológico da escavação proposta neste texto, munir-me de mapas do lugar — aqueles sugeridos por Benjamin (2017) —, embora sem renunciar à disposição de redesenhar as figuras representadas neles quando demandado. Veja o caso dos expedicionários do CNG: por mais bem aparelhados estivessem para a campanha, deparavam-se com riscos, imprevistos de percurso, e deles precisavam se safar. Escavação e expedição são semelhantes em tal aspecto, fazem-se sem saber com exatidão o que será encontrado pelo caminho. Também, em ambos, o sítio continua aberto, disponível a escavações futuras, aprofundamentos e novas aberturas. Os rastros do passado — extraídos, às vezes, a duras custas — estarão lá, reunidos em um *museu* (templo das musas, do grego *mouseïon*, em um sentido amplo, e não somente do museu moderno), aguardando leituras e interpretações. Se, no início, impressionou-me o fato de não sabermos o paradeiro da musa geografia, agora não me surpreendo em dizer que talvez ela esteja no Monte Hélicon, com suas irmãs, oferecendo inspiração a quem quiser ouvi-la. Cabe a nós, vez ou outra, escutá-la.

Submetido em 13 de outubro de 2024.

Aceito para publicação em 17 de janeiro de 2025.

Referências

- ALMEIDA, Roberto Schmidt de. **A Geografia e os geógrafos do IBGE no período 1938-1998**. 2000. 712 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.
- BACKHEUSER, Everardo. Tertúlias Geográficas. **Boletim do Conselho Nacional de Geografia**, v. 1, n. 2, maio, 1943, p. 5-8.
- BENJAMIN, Walter. **Imagens de pensamento**. Sobre o haxixe e outras drogas. Edição e tradução de João Barrento. 1. ed.; 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- BRODSKY, Joseph. **On Grief and Reason**. Essays. Londres: Penguin Books, 2011.
- BRODSKY, Joseph. **To Urania**. New York: Farrar, Straus and Giroux, 1988.
- BURKE, Peter. Mal-estar na civilização. Debate sobre relativismo cultural encontra seus limites no respeito à vida humana. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 maio 1999.
- CORREIA FILHO, Virgílio. Expedições Científicas. **Boletim do Conselho Nacional de Geografia**, v. 1, n. 3, junho, 1943, p. 5-12.
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões (Campanha de Canudos)**. 1 ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Laemmert & C., 1905.
- FLECK, Ludwik. Scientific observation and perception in general. In: Cohen, R. S.; Schenelle, T. (eds.). **Cognition and Fact - Materials on Ludwik Fleck**. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1986, pp. 59-78.
- FOUCAULT, Michel. **L'archéologie du savoir**. 1. Ed. Paris: Éditions Gallimard, 1969.
- GEIGER, Pedro Pinchas. A região setentrional da Baixada Fluminense. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 18, n. 1, Separata, janeiro-março, 1956, p. 3-69 [3-69].
- GEIGER, Pedro Pinchas. Alguns problemas geográficos na Região entre Teófilo Otoni (Minas Gerais) e Colatina (Espírito Santo). **Revista Brasileira de Geografia**, v. 13, n. 3, julho-setembro, 1951, p. 79-118 [403-442].
- GEIGER, Pedro Pinchas. Ensaio para a estrutura urbana do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 22, n. 1, janeiro-março, 1960, p. 3-45 [3-45].
- GEIGER, Pedro Pinchas. Excursão ao Jalapão. Trechos de um relatório inédito. **Terra Brasilis**, n. 3, 2014. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/terrabrasilis/1030>>. Acesso em: 13 jun. 2024.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- HARTLEY, Leslie Poles. **The go-between**. 1. ed.; 7. reimp. Londres: Hamish Hamilton, 1963.
- HEIDEGGER, Martin. **Ensaio e conferências**. Tradução de Emmanuel Carneiro Leão, Gilvan Fogel, Márcia Cavalcante Schuback. 8. ed. Petrópolis: Editora Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2012.

- HILTON, James. **Last Horizon**. New York: William Morrow & Company, 1933.
- IBGE. Expedição científica às regiões limítrofes de vários estados. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 4, n. 2, abril-junho, 1942a, p. 162-163 [418-419].
- IBGE. Expedição científica organizada pelo Conselho Nacional de Geografia à região do Jalapão. Esboço das principais pesquisas antropogeográficas a serem realizadas, apresentado pelo professor E. Backheuser. **Boletim do Conselho Nacional de Geografia**, v. 1, n. 3, junho, 1943c, p. 65-66.
- IBGE. Expedição organizada pelo Conselho Nacional de Geografia à região do Jalapão (Sétima tertúlia, realizada a 23 de fevereiro de 1943). Comentários feitos pelo professor Francis Ruellan. **Boletim do Conselho Nacional de Geografia**, v. 1, n. 3, junho, 1943b, p. 62-64.
- IBGE. Regresso da expedição científica que esteve nas regiões limítrofes de vários estados. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 4, n. 4, outubro-dezembro, 1942b, p. 185-187 [892-893].
- IBGE. Sexta tertúlia semanal, realizada a 16 de fevereiro de 1943. **Boletim do Conselho Nacional de Geografia**, v. 1, n. 3, junho, 1943a, p. 60-62.
- IBGE. Trigésima terceira tertúlia semanal, realizada a 30 de agosto de 1943. **Boletim do Conselho Nacional de Geografia**, v. 1, n. 9, dezembro, 1943e, p. 117-119.
- LEITE, Fábio Mauro de Carvalho; ABRANTES, Vera Lucia Cortes (orgs.). **As expedições geográficas do IBGE. Um retrato do Brasil: 1941-1968**. Rio de Janeiro: IBGE, Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais, 2018.
- LOWENTHAL, David. **The past is a foreign Country**. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- NÓBREGA, Humberto. **Augusto dos Anjos e sua época**. João Pessoa: Universidade da Paraíba, 1962.
- PEREIRA, Gilvandro Simas. Expedição ao divisor de águas Tocantins-São Francisco. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 4, n. 4, outubro-dezembro, 1942, p. 85-130 [791-836].
- PEREIRA, Gilvandro Simas. **Expedição ao Jalapão**. Relatório do Engenheiro Gilvandro Simas Pereira. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1943a.
- PEREIRA, Gilvandro Simas. Expedição ao Jalapão. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 5, n. 4, outubro-dezembro, 1943b, p. 53-102 [573-622].
- RICARDO, Cassiano. **Marcha para oeste** (A influência da “bandeira” na formação social e política do Brasil). 1. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.
- ROOSEVELT, Theodore. **Through the Brazilian wilderness**. 1. ed. New York: Charles Scribner's Sons, 1914.
- RUELLAN, Francis. O trabalho de campo nas pesquisas originais de geografia regional. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 6, n. 1, jan.-mar., 1944, p. 35-50.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

TORRANO, José Antônio Alves (Jaa). O mundo como função das musas. In: Hesíodo. **Teogonia: a origem dos deuses**. Estudo e tradução de Jaa Torrano. 7. ed. São Paulo: Iluminuras, 2007.

TUAN, Yi-Fu. Images and mental maps. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 65, n. 2, 1975, p. 205-213.

TUAN, Yi-Fu. Use of simile and metaphor in geographical descriptions. **The Professional Geographer**, v. 9, n. 9, 1957, p. 8-11.

VERNANT, Jean-Pierre. **Mito e sociedade na Grécia Antiga**. Tradução de Myriam Campello. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

WULF, Andrea. **A invenção da natureza: a vida e as descobertas de Alexander von Humboldt**. Tradução de Renato Marques. 1. ed. São Paulo: Planeta, 2016.

Jornais

A expedição científica de 1943 do C.N.G. **A Manhã**, Rio de Janeiro, 30 abr. 1943.

Apesar dos violentos contra-ataques nazistas, os aliados avançam firmemente para Túnis. **A Manhã**, Rio de Janeiro, 30 abr. 1943.

Bombardeado novamente hoje o Japão. **A Noite**, Rio de Janeiro, 11 ago. 1944.

Estudando o interior brasileiro. As expedições ao divisor de águas Tocantins-São Francisco, para localizar as divisas entre a Baía e Goiás. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 12 mar. 1944.

Grandes derrotas alemãs na frente russa. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 24 jun. 1943.

Já nas defesas externas da importante cidade de Orel. **Diários de Notícias**, Rio de Janeiro, 27 fev. 1943.

Jalapão... a Shangri-lá brasileira. **A Noite**, Rio de Janeiro, 12 mar. 1944.

Marcha para o oeste. **A Manhã**, Rio de Janeiro, 24 set. 1941.

O conhecimento do Brasil pelos brasileiros. **Diário Carioca**, 7 jul. 1944.

Os limites do território da Baía. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 24 jun. 1943.

Partiram para o “front” os primeiros aviadores brasileiros. **A Manhã**, Rio de Janeiro, 4 jan. 1944.

Quinhentos mil nazistas na iminência de aniquilamento. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 12 mar. 1944.

Rompendo um mar de lama e toda a resistência inimiga. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 8 mar. 1944.